

ANALISTA ADMINISTRATIVO

PROVA OBJETIVA
TIPO 4



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas**.
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Santa Catarina no Século XIX

Pode-se dizer que Santa Catarina é um estado de imigrantes. Desde o início do século XVI, o estado foi ocupado por indução oficial. Até o século XX, nenhuma motivação econômica havia estimulado o povoamento espontâneo naquela parte do Brasil. Havia pouco pau-brasil, a cana-de-açúcar ficava distante dos centros de distribuição do comércio na Europa, não havia metais preciosos, nem borracha, algodão, café ou tabaco. A definição de limites ao sul do Brasil e a ocupação de espaços demográficos estratégicos foram as grandes razões para o seu povoamento.

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/o_patrimonio_cultural_da_imigracao_santa_catarina.pdf

O segmento que reescreve o trecho sublinhado, **sem** alteração de sentido, é:

- (A) em razão do povoamento da região.
- (B) por causa do povoamento já realizado.
- (C) a fim de que o seu povoamento ocorresse.
- (D) apesar do povoamento da região.
- (E) depois que o povoamento aconteceu.

2



Perfil do Acadêmico

Sexto ocupante da Cadeira nº 35, eleito em 9 de junho de 2022, na sucessão de Candido Mendes de Almeida e recebido em 2 de setembro de 2022 pela Acadêmica Ana Maria Machado.

Cadeira: 35
Posição: Atual

Antecedido por: Candido Mendes de Almeida

Data de nascimento: 22 de Maio de 1951

Naturalidade: Blumenau - SC Brasil

Data de eleição: 9 de Junho de 2022

Data de posse: 2 de Setembro de 2022

Acadêmica que o recebeu: Ana Maria Machado

<https://www.academia.org.br/academicos/godofredo-de-oliveira-neto>

Os gêneros textuais são formas composicionais que se organizam de acordo com finalidades comunicativas e contextos de circulação específicos.

Considerando essas características, assinale a opção que identifica corretamente a função do texto apresentado.

- (A) Narrar a trajetória pessoal do acadêmico, destacando episódios marcantes de sua vida.
- (B) Informar, de forma objetiva e organizada, dados biográficos e institucionais do acadêmico.
- (C) Defender a relevância do acadêmico no campo literário, por meio de argumentos avaliativos.
- (D) Relatar experiências vividas pelo acadêmico em primeira pessoa, com foco subjetivo.
- (E) Explicar o funcionamento da instituição à qual o acadêmico pertence, detalhando suas regras.

3

Saúde SC reforça importância da vacinação contra o Vírus Sincicial Respiratório em gestantes

Com a aproximação do frio, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) reforça a importância da vacinação de gestantes contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR). A imunização tem como principal objetivo reduzir complicações respiratórias em bebês nos primeiros meses de vida, como bronquiolite e pneumonia — doenças que tendem a aumentar durante o inverno e podem levar a internações.

<https://saude.sc.gov.br>

A utilização de letras maiúsculas na apresentação do “Vírus Sincicial Respiratório”, em todas as ocorrências no texto, serve para

- (A) indicar destaque informativo dentro do texto, relacionado à relevância do tema abordado.
- (B) ser uma estratégia de destaque para enfatizar a gravidade da doença mencionada no texto.
- (C) apresentar o uso de linguagem técnica, comum em textos da área da saúde.
- (D) corresponder à denominação oficial de um agente viral específico, funcionando como nome próprio.
- (E) marcar a presença de termos estrangeiros incorporados ao vocabulário científico.

4

Observe uma peça de campanha divulgada pela Secretaria do Estado de Turismo de Santa Catarina em 2023.



Fonte: <https://acontecedoaqui.com.br/propaganda/nova-marca-do-turismo-de-santa-catarina-e-apresentada-ao-mercado/>

Na campanha apresentada, a construção de sentidos decorre da articulação entre elementos verbais e não verbais, mobilizando recursos semânticos e visuais para promover o turismo.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que melhor interpreta a estratégia discursiva empregada na peça.

- (A) A imagem de interação entre pessoas destaca o caráter coletivo da cena, enquanto o texto verbal remete à dimensão institucional da campanha turística.
- (B) O uso de formas circulares atua como recurso visual que acompanha o conteúdo verbal apresentado na peça publicitária.
- (C) A expressão “Santa Catarina” cumpre função informativa, contribuindo para a identificação explícita do local promovido na campanha.
- (D) A campanha articula texto e imagem de modo complementar, de forma que o conteúdo visual só pode ser compreendido pela leitura do *slogan*.
- (E) A expressão “um estado de alegria” explora o duplo sentido da palavra “estado”, articulando a ideia de unidade federativa à de condição emocional sugerida pela cena.

5

Leia o texto a seguir.

Vendo-a comer, não entendo os motivos de termos nos separado, agora é tudo tão nebuloso que me perco buscando razões, só que não teve razão alguma. Na época, parecia a coisa certa a fazer... Pergunto a ela o que fiz conosco. Ela larga os talheres no prato. Faz barulho. Atingi algum limite. Me encara por um momento escolhendo as palavras, enquanto passa a língua sob o lábio, tirando alguma coisa dos dentes agora perfeitos, corrigidos pelo aparelho, que não está mais lá, dá uma tragada no cigarro, que morria equilibrado no tampo da mesa, e o recoloca no mesmo lugar com o mesmo cuidado... quase caindo, desafiando os limites, desafiando o equilíbrio - eu sou aquela quase-guimba de cigarro que quase apagava.

SIQUEIRA, Mauro. Pequenas colisões. Rio de Janeiro: Bando, 2025. p.177.

No fragmento apresentado, observa-se a presença de diferentes tipologias textuais articuladas na construção do sentido.

Considerando essa relação, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel do potencial descritivo no texto.

- (A) O texto apresenta predomínio descritivo, com foco na caracterização da personagem, em detrimento do desenvolvimento das ações e da reflexão do narrador.
- (B) O potencial descritivo manifesta-se na caracterização de estados emocionais, assumindo papel central na construção do texto em relação à narração dos acontecimentos.
- (C) A descrição aparece em momentos específicos do texto, produzindo pausas na sequência narrativa e direcionando a atenção para aspectos pontuais da cena.
- (D) O texto apresenta predominância narrativa, mas incorpora sequências descritivas que contribuem para a construção da subjetividade do narrador.
- (E) A descrição acompanha a progressão do texto, conferindo detalhamento às cenas, sem se relacionar diretamente com o conflito central apresentado.

6

Leia o poema a seguir, publicado em 1893 pelo poeta catarinense Cruz e Souza, principal nome do Simbolismo no Brasil.

Acrobata da Dor

Gargalha, ri, num riso de tormenta,
como um palhaço, que desengonçado,
nervoso, ri, num riso absurdo, inflado
de uma ironia e de uma dor violenta.

Da gargalhada atroz, sanguinolenta,
agita os guizos, e convulsionado
Salta, gavroche, salta clown, varado
pelo estertor dessa agonia lenta...

Pedem-te bis e um bis não se despreza!
Vamos! Reteza os músculos, reteza
nessas macabras piruetas d' aço...

E embora caias sobre o chão, fremente,
afogado em teu sangue estuoso e quente,
ri! Coração, tristíssimo palhaço.

<https://www.escritas.org/pt/t/13184/acrobata-da-dor>

No poema, o eu lírico constrói sentidos por meio da mobilização de palavras pertencentes ao campo semântico do universo circense, associado à figura do “palhaço”.

Considerando esse aspecto, assinale a opção que apresenta um termo do texto que integra esse campo semântico.

- (A) Tormenta.
- (B) Nervoso.
- (C) Despreza.
- (D) Piruetas.
- (E) Chão.

7

Leia a notícia a seguir, publicada em abril de 2026.

Juros e cenário exterior afetam mais a economia catarinense

Dois setores pesquisados pelo IBGE, a indústria e os serviços apresentaram retração no primeiro bimestre do ano frente aos mesmos meses de 2025

Há meses que os juros básicos nas alturas, em 15% ao ano, mais o tarifaço dos EUA e outros fatores vêm afetando a economia catarinense, mas os estragos maiores, até agora, apareceram nos dados de janeiro e fevereiro, apurados pelo IBGE. As pesquisas mostraram retração de 6,1% da indústria no primeiro bimestre frente ao mesmo período do ano passado e retração também dos serviços em 1,2%. Somente o comércio ampliado cresceu 2,4% nessa comparação em SC.

A produção industrial de Santa Catarina fechou os dois primeiros meses do ano com recuo de -6,2% frente aos mesmos meses de 2025. As maiores quedas foram na fabricação de automóveis, reboques e carrocerias (-20,4%), produção de móveis (-22,6%) e fabricação de máquinas e equipamentos (-16,5%).

Entre os 14 setores pesquisados pelo IBGE, somente dois tiveram crescimento de vendas no bimestre frente ao mesmo período de 2025, apurou o Observatório Fiesc, da Federação das Indústrias de SC. As altas foram na produção de alimentos (+1,4%) e de produtos de borracha e plástico (+0,4%).

<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/estela-benetti/juros-e-cenario-exterior-afetam-mais-a-economia-catarinense>

A respeito da utilização de dados numéricos na notícia apresentada, marque a opção correta.

- (A) Os dados numéricos contribuem para quantificar as informações apresentadas, sem interferir na credibilidade do texto.
- (B) A presença de dados numéricos organiza as informações do texto, pois, sem eles, o leitor poderia ter dificuldades na compreensão textual.
- (C) O uso de dados numéricos confere precisão às informações e contribui para a construção de uma abordagem objetiva e fundamentada dos fatos.
- (D) Os dados numéricos são utilizados para ilustrar as informações, funcionando como exemplos que poderiam ser substituídos por descrições qualitativas.
- (E) A inserção de dados numéricos no texto tem função predominantemente explicativa, voltada à simplificação do conteúdo apresentado ao leitor.

8

Leia o fragmento de texto a seguir.

Sentimento que não espairo; pois eu mesmo nem acerto com o mote disso — o que queria e o que não queria, estória sem final. O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e ainda mais alegre no meio da tristeza! Só assim de repente, na horinha em que se quer, de propósito — por coragem. Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Cia das Letras. 2019. p. 293.

No fragmento apresentado, o uso de diferentes sinais de pontuação contribui para a construção de sentidos e para a expressão da subjetividade do narrador.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o papel desses recursos no texto.

- (A) O uso do ponto e vírgula estabelece relações de subordinação entre as orações, organizando o texto de forma hierarquizada.
- (B) Os dois-pontos introduzem explicações e enumerações, contribuindo para o encadeamento reflexivo das ideias do narrador.
- (C) O travessão é empregado para indicar mudança de interlocutor, caracterizando o texto como diálogo direto.
- (D) Os pontos finais fragmentam o texto em períodos independentes, sem relação com o ritmo ou com a construção de sentido.
- (E) O ponto de interrogação é utilizado para organizar sintaticamente o texto, sem interferir na expressividade da linguagem.

9

Leia o texto a seguir:

Departamento de Libras promove palestra ‘Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade’

O Departamento de Libras da UFSC irá promover a palestra “Trazendo a universidade para a vida e vida à universidade” com o educador Fernando Leão (vice-presidente do Instituto Caminho do Meio). O evento será realizado na sala 305 do Espaço Físico Integrado (EFI), 3º andar, no dia 8 de outubro, das 8h30 às 11h30. Haverá interpretação para Libras.

<https://noticias.ufsc.br/tags/departamento-de-libras/>

No texto apresentado, observa-se a predominância de verbos no futuro, como em “irá promover”, “será realizado” e “haverá”.

Considerando o efeito de sentido produzido por essa escolha verbal, é correto afirmar que

- (A) o emprego de verbos no futuro reforça o caráter informativo e prospectivo do texto, anunciando ações previstas para momento posterior.
- (B) o uso predominante de verbos no futuro indica hipótese, sugerindo incerteza quanto à realização do evento anunciado.
- (C) a predominância de verbos no futuro contribui para a construção de um texto narrativo, relatando acontecimentos posteriores ao momento da enunciação.
- (D) o uso do futuro verbal aproxima o texto da linguagem injuntiva, orientando o leitor sobre ações que deverão ser realizadas.
- (E) a utilização do futuro verbal confere subjetividade ao texto, destacando expectativas pessoais do autor sobre o evento divulgado.

10

Leia, a seguir, o trecho inicial do conto “Luz”, do escritor Salim Miguel.

Anoitece.

Seis pessoas: três adultos, três crianças. Os adultos: faixa dos vinte anos. As crianças: a mais nova com menos de seis meses, o mais velho com pouco mais de três anos. Pai, mãe, tio, duas meninas, um menino.

O dia: 18. O mês: maio. O ano: 1927. O local: cais do porto da Praça Mauá. O estado: Rio de Janeiro. O país: Brasil.

Muitos anos depois, já bem velho, o pai gostava de rememorar, de repetir insistindo: a primeira palavra que aprendi em português, que me foi diretamente dirigida, que gravei: luz. Nur.

Cala. Pensa. Concentra-se. Se esforça. Se perde para se achar. Ativada, a memória recua. Busca resgatar o passado. Retirá-lo do mais fundo do tempo. Devassar o escuro abismo. Tornar hoje o ontem.

MIGUEL, Salim. Nur na escuridão [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editora da UFSC, 2025, p. 15-16.

Nesse trecho do conto, observa-se uma construção textual marcada por frases curtas e estruturas fragmentadas.

Considerando esse aspecto, assinale a afirmativa que analisa corretamente o efeito de sentido produzido por essa escolha estilística.

- (A) A fragmentação mostra que o narrador tem dificuldade para organizar suas ideias.
- (B) As frases curtas fazem o texto parecer técnico, como se apresentasse dados objetivos.
- (C) A repetição de estruturas torna o texto cansativo e sem progressão.
- (D) A construção em frases curtas reduz a presença de sentimentos no texto.
- (E) A fragmentação cria ritmo mais lento, capaz de representar as lembranças do narrador.

Legislação Institucional do PJSC

11

Nos termos da legislação de regência, o servidor nomeado para cargo efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de três anos de efetivo exercício no cargo para o qual prestou concurso público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.745/1985, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Serão considerados requisitos básicos do estágio probatório a idoneidade moral, a assiduidade e a pontualidade, a disciplina e a eficiência.
- () A verificação dos requisitos necessários à confirmação do cargo será efetuada por comissão composta de, no mínimo, cinco membros designados pelo titular do órgão.
- () Será suspensa a contagem do período do estágio probatório do servidor afastado a qualquer título, inclusive férias, e o exercício de cargo comissionado com atribuições afins às do cargo efetivo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – V – V.

12

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, composto por vinte e cinco membros, exerce, por delegação do Tribunal Pleno, competência para processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado, os deputados estaduais e o procurador-geral de justiça.

À luz das disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a opção que indica corretamente a forma de preenchimento das vinte e cinco vagas do Órgão Especial.

- (A) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.
- (B) Treze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e doze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (C) Doze por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, admitida a recusa ao encargo; e treze por eleição, mediante votação aberta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, admitida a recusa ao encargo.
- (D) Por antiguidade, mediante ato de efetivação do presidente do Tribunal de Justiça, preenchidas pelos membros mais antigos do Tribunal Pleno, conforme a ordem decrescente de antiguidade, nas classes a que pertencerem, vedada a recusa ao encargo.
- (E) Por eleição, mediante votação secreta entre os membros do Tribunal Pleno, convocado especialmente para tal finalidade, vedada a recusa ao encargo, salvo se apresentada manifestação expressa antes da eleição.

13

Lucas, chefe de cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca Alfa (SC), foi convidado a palestrar perante os novos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, ocasião em que abordou, dentre outras temáticas, as matérias afetas à sua competência.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é correto afirmar que compete ao chefe do cartório

- (A) conferir se todos os bens e valores vinculados aos autos, ou que são objeto do litígio, foram devidamente cadastrados e estão com a situação, localização e demais dados atualizados no sistema informatizado do Poder Judiciário.
- (B) verificar, quinzenalmente, nas comarcas em que não houver central de mandados, os mandados não devolvidos dentro dos prazos assinalados e apresentar relação ao juiz da respectiva unidade.
- (C) certificar, na tutela cautelar, o decurso de quinze dias da efetivação da medida sem a propositura da ação ou a dedução do pedido principal e fazer conclusão.
- (D) certificar, nos autos, a ocorrência de feriado local, regional, nacional ou ponto facultativo, bem como qualquer outro fato que possa influir na contagem de prazo processual.
- (E) expedir, a cada noventa dias, relação atualizada dos réus presos, com o número do processo, a fase em que ele se encontra, e encaminhar cópia ao juiz.

14

Na primeira metade do mandato, o 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por questões estritamente pessoais, aposentou-se, ensejando a vacância do cargo e das funções por ele exercidas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que, em razão da vacância,

- (A) caberá ao desembargador mais antigo do Tribunal de Justiça assumir as funções da 1ª Vice-Presidência.
- (B) será realizada a eleição do sucessor, no prazo de trinta dias, contado da ocorrência da vaga.
- (C) o Corregedor-Geral da Justiça assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (D) o 3º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.
- (E) o 2º Vice-Presidente assumirá o cargo de 1º Vice-Presidente.

15

O território do Estado, para a administração da Justiça, divide-se em distritos, subdistritos, municípios, comarcas e comarcas integradas, formando, porém, uma só circunscrição para os atos da competência do Tribunal de Justiça.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, analise as afirmativas a seguir.

- I. A comarca constituir-se-á de um ou mais municípios, recebendo a denominação daquele que lhe servir de sede.
- II. Quando o movimento forense o exigir, a comarca poderá ser subdividida em duas ou mais varas.
- III. O Tribunal de Justiça, para efeito de comunicação de atos processuais, realização de diligências e atos probatórios, poderá reunir duas ou mais comarcas para constituírem uma comarca integrada, desde que haja proximidade entre as sedes municipais, facilidade de comunicação viária e intensa movimentação populacional entre as comarcas contíguas.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16

Caio, analista jurídico, foi designado para atuar no gabinete de um dos juízes titulares da Comarca de Balneário Camboriú/SC. Dessa forma, o referido agente público, visando à otimização de sua atuação, resolveu estudar a normativa que lhe é aplicável.

Nesse cenário, considerando o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Foro Judicial), é certo que o gabinete de cada juiz deverá adotar as providências elencadas abaixo, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Primar pela automatização do fluxo processual e dos atos decisórios, otimizando as atividades de cumprimento com o uso das ferramentas disponibilizadas no sistema de tramitação eletrônica de processos.
- (B) Receber os processos e, constatado equívoco ou ausência de movimentação de conclusão, comunicar o magistrado para que esse efetive o ajuste devido.
- (C) Lançar adequadamente a movimentação correspondente ao ato praticado pelo juiz no sistema informatizado.
- (D) Atualizar diariamente a pauta de audiências no sistema informatizado.
- (E) Zelar pelo fluxo regular de processos entre cartório e gabinete.

Ética e Gestão no Serviço Público

17

A sociedade empresária Alfa teria praticado atos lesivos ao Estado Beta, consistentes em alegada fraude à licitação praticada em detrimento da Secretaria de Estado de Educação do Poder Executivo do referido ente federativo. No curso do processo administrativo instaurado para a apuração dos fatos, o representante legal de Alfa cogitou a celebração de ajuste no âmbito da consensualidade de colaboração, conforme disciplina estabelecida na Lei nº 12.846/2013.

Em relação ao ajuste cogitado pelo representante legal de Alfa, é correto afirmar que

- (A) é vedado, considerando a indisponibilidade dos interesses envolvidos.
- (B) deve ser celebrado no plano administrativo e homologado pelo Poder Judiciário.
- (C) exime Alfa, caso celebrado, da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (D) deve ser celebrado no plano processual, pelo Ministério Público, com a correlata homologação pelo Poder Judiciário.
- (E) independe de homologação pelo Poder Judiciário e não afasta a possibilidade de suspensão ou interdição parcial das atividades de Alfa.

18

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Pública indireta do Estado Delta, aceitou vantagem indevida dada pela sociedade empresária Sigma, para que fosse favorecida em determinada licitação.

Para que seja atribuído ato ilícito a Sigma, na perspectiva da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que

- (A) deve ocorrer a prévia condenação de João pela prática de ato de improbidade administrativa.
- (B) deve ser previamente demonstrada a responsabilidade individual de um dirigente a ela vinculado.
- (C) pode ser perquirida a responsabilização de Sigma, independentemente da culpabilidade de um dos seus dirigentes.
- (D) pode ser perquirida a responsabilidade administrativa de Sigma, independentemente do elemento subjetivo do agir, mas não a responsabilidade na instância civil.
- (E) deve ser demonstrada a existência de cláusula de anuência à responsabilização, no edital da licitação, paralelamente à responsabilização com base na Lei nº 8.429/1992.

19

Maria ocupa cargo de primeiro escalão em determinado ente federativo, na condição de Secretária de Estado. As normas afetas à prevenção e ao tratamento do conflito de interesses nesse ente seguem os balizamentos oferecidos pela Lei nº 12.813/2013.

Maria pretende exercer determinada atividade privada de cunho econômico. Embora o exercício dessa atividade não seja vedado pelas referidas normas, Maria tem dúvida em relação à sua licitude, pois implicaria na prestação de serviços a pessoas jurídicas que têm interesse em decisões de colegiado administrativo do qual ela participa.

Ao analisar a sistemática legal, Maria concluiu corretamente que

- (A) a ausência de vedação legal ao exercício da atividade afasta a possibilidade de ser configurado o conflito de interesses.
- (B) o interesse das pessoas jurídicas nas decisões do colegiado de que Maria participe não configura conflito de interesses.
- (C) o conflito de interesses na situação descrita é afastado, caso Maria esteja em gozo de licença ou em período de afastamento.
- (D) a situação descrita configura conflito de interesses, devendo ser fiscalizada por Comissão de Ética Pública instituída no âmbito do Poder Executivo do ente federativo ao qual Maria está vinculada.
- (E) o conflito de interesses somente estará configurado se Maria divulgar ou fizer uso de informações privilegiadas obtidas no exercício funcional, para viabilizar a prestação do serviço para o qual seja contratada.

20

João e Maria, servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo no Estado Sigma, que não se conhecem e jamais praticaram qualquer ato em comunhão de ações e desígnios, respondem a ações de improbidade administrativa com base na Lei nº 8.429/1992, cada qual pela prática dos próprios atos. João desviou recursos públicos enquanto atuava como ordenador de despesas. Maria, por sua vez, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições e que deveria permanecer em segredo, colocando em risco a segurança do Estado.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) as condutas de João e Maria podem acarretar a aplicação da sanção de perda da função pública.
- (B) as condutas de João e Maria foram enquadradas em uma tipologia legal de caráter exemplificativo, não taxativo.
- (C) a conduta de João pode acarretar a aplicação da sanção de suspensão dos direitos políticos por até 14 (quatorze) anos.
- (D) a conduta de Maria pode acarretar a aplicação da sanção de vedação ao recebimento de incentivos fiscais por até 12 (doze) anos.
- (E) as ações ajuizadas em face de João e Maria são de autoria do Ministério Público, considerando sua legitimidade privativa nessa seara.

Noções de Informática e Proteção de Dados

21

No que diz respeito às políticas institucionais de privacidade e ao tratamento de dados pessoais no âmbito do Poder Judiciário, analise as afirmativas a seguir.

- I. O tratamento de dados pessoais realizado para fins de atividades jurisdicionais é isento de medidas de segurança e conformidade, as quais devem ser aplicadas exclusivamente às atividades administrativas dos tribunais.
- II. Os tribunais devem designar um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) para atuar como canal de comunicação entre o órgão, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- III. No Poder Judiciário, a responsabilidade pela segurança da informação e pela preservação da confidencialidade dos dados é atribuída exclusivamente aos servidores das unidades de Tecnologia da Informação (TI).

Está correto o que se afirma, apenas, em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

22

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina implementou um sistema eletrônico para gestão processual e atendimento ao cidadão, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional e assegurar a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Na solução adotada:

- i) dados de partes, advogados e demais usuários são coletados e utilizados para identificação, comunicação processual e tramitação dos feitos;
- ii) informações relativas à saúde, biometria e outros dados protegidos pela LGPD recebem tratamento diferenciado e maior nível de proteção;
- iii) os cidadãos podem solicitar informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, nos termos da legislação aplicável;
- iv) o Tribunal define as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados em suas atividades; e
- v) empresa contratada é responsável pelo armazenamento e processamento de dados em ambiente computacional disponibilizado ao Tribunal.

Com base nesse cenário, associe corretamente os conceitos da LGPD (Coluna I) às descrições (Coluna II):

Coluna I	Coluna II
1. Dado pessoal	() Informações como nome, CPF, endereço eletrônico e telefone, utilizadas para identificar usuários dos serviços judiciais.
2. Dado pessoal sensível	() Empresa contratada que realiza o armazenamento e o processamento de dados em nome do Tribunal.
3. Titular dos dados	() Pessoa física a quem os dados pessoais se referem, podendo exercer os direitos previstos na LGPD.
4. Controlador	() Informações sobre saúde, dados biométricos ou outros dados submetidos à proteção especial pela legislação.
5. Operador	() Órgão responsável por definir as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais utilizados no sistema.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 5 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 3 – 2 – 5.
- (C) 2 – 5 – 3 – 1 – 4.
- (D) 1 – 5 – 4 – 2 – 3.
- (E) 1 – 3 – 5 – 2 – 4.

23

No âmbito da Resolução TJ nº 3/2021 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o tratamento de dados pessoais deve ser pautado pela observância estrita das bases legais e dos princípios de proteção ao titular. Imagine que uma unidade administrativa do TJSC deseja implementar um novo sistema para o processamento de dados de magistrados e servidores, visando especificamente ao cumprimento de determinações contidas em leis federais e normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Considerando as diretrizes sobre o ciclo de vida dos dados e as hipóteses de tratamento previstas na referida Resolução e na LGPD, assinale a afirmativa que descreve corretamente a base legal e a conduta correta para esse cenário.

- (A) O tratamento deve ser baseado exclusivamente no consentimento do titular, devendo o sistema ser interrompido caso algum servidor se recuse a autorizar a coleta dos dados.
- (B) O tratamento poderá ser realizado com base no cumprimento de obrigação legal ou regulatória, o que dispensa a coleta de consentimento específico, desde que respeitados os princípios da finalidade e da necessidade.
- (C) Os dados coletados para essa finalidade legal podem ser utilizados posteriormente para qualquer outro fim administrativo, uma vez que o dado já reside nos servidores do Controlador (PJSC).
- (D) O dado pessoal sensível, por sua natureza, não pode ser tratado pelo Tribunal sob a justificativa de obrigação legal, exigindo sempre a anonimização irreversível imediata após a coleta.
- (E) A fase de descarte do ciclo de vida do dado é facultativa para o Judiciário, sendo permitida a manutenção perpétua de dados pessoais em texto claro para fins de registro histórico, sem necessidade de avaliação de descarte.

24

A navegação segura na internet via protocolo HTTPS (*Hypertext Transfer Protocol Secure*) exige uma interação complexa entre hardware, software e protocolos de rede.

Considerando o fluxo de processamento de uma requisição HTTPS em um sistema computacional moderno, é correto afirmar que

- (A) o protocolo HTTPS opera exclusivamente na camada de transporte do modelo OSI, substituindo o TCP para garantir que a criptografia seja processada diretamente pelo hardware da placa de rede (NIC).
- (B) durante o *handshake* do TLS, o sistema operacional utiliza chamadas de sistema para acessar funções criptográficas e gerenciar *sockets* de rede, permitindo que o navegador estabeleça um canal seguro sobre a pilha TCP/IP.
- (C) a criptografia assimétrica utilizada no HTTPS é uma função nativa do *firmware* do roteador, o que desonera a CPU do computador cliente de realizar cálculos matemáticos complexos.
- (D) o endereçamento IP (camada de rede do modelo OSI) é o responsável por garantir a integridade dos certificados digitais, enquanto o protocolo HTTPS gerencia o endereçamento físico (*MAC Address*).
- (E) ao utilizar HTTPS, o sistema operacional desativa a memória virtual para impedir que chaves criptográficas sejam gravadas em disco (*swap*), priorizando o processamento na Unidade de Controle.

25

Um Analista de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi encarregado de adequar os sistemas corporativos às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Para reduzir os riscos decorrentes de eventual incidente de segurança envolvendo dados processuais e administrativos, ele adotou duas ações distintas:

1. aplicou um algoritmo para transformar o campo "Informação Sigilosa" em um código cifrado, de modo que o conteúdo original somente possa ser acessado mediante o uso da chave apropriada; e
2. no campo "Nome da Parte", substituiu as identidades reais por códigos alfanuméricos aleatórios, mantendo a tabela de correspondência entre os códigos e as identidades em ambiente segregado e seguro, permitindo que equipes de estatística e inteligência de dados realizem análises sem identificar diretamente os indivíduos, embora a associação possa ser restabelecida pelo Tribunal quando necessário.

As técnicas aplicadas pelo analista nas ações 1 e 2 são, respectivamente,

- (A) Hash Robusto e Pseudonimização.
- (B) Criptografia Assimétrica e Pseudonimização.
- (C) Criptografia Simétrica e Anonimização Irreversível.
- (D) Esteganografia e Tokenização de Sessão.
- (E) Codificação de Base64 e Criptografia de Chave Única.

Direitos Humanos e acesso à justiça

26

O acesso à justiça é direito fundamental, preceituado no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, que garante a inafastabilidade da jurisdição. Trata-se de garantia sustentada pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurando o devido processo legal.

Considerando a legislação em vigor, é correto afirmar que

- (A) É assegurado a todos, desde que haja o pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) a Constituição Federal veda que haja juízo ou tribunal de exceção, salvo em época de guerra ou estado de sítio decretado.
- (C) ninguém será considerado culpado até a publicação da sentença penal condenatória em Diário Oficial, lançado o nome no rol dos culpados.
- (D) a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, sendo possível que direito adquirido seja alterado por regra resultante de Emenda Constitucional, posterior.
- (E) é a todos assegurada a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

27

A ordem jurídica brasileira prevê mecanismos específicos de proteção destinados à promoção da igualdade e à prevenção de discriminações contra grupos vulneráveis.

Considerando a Constituição Federal, a legislação vigente e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) É obrigação do poder público assegurar à pessoa idosa, diversas garantias, entre elas, a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- (B) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, salvo o exercício do direito à curatela e à adoção, como adotante ou adotando.
- (C) Nos processos seletivos para ingresso nos cursos de instituições de ensino superior, deve haver atendimento preferencial à pessoa com deficiência, não sendo possível conceder dilação de tempo.
- (D) A Constituição Federal protege a liberdade de consciência e de crença, não sendo assegurada a assistência religiosa aos praticantes de quaisquer religiões, internados em hospitais públicos, diante da laicidade do Estado.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, por não equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo, não permite aplicar à homofobia as sanções previstas na Lei nº 7.716/1989.

28

No Brasil, as políticas judiciárias de inclusão e cidadania são coordenadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e visam a transformar o Poder Judiciário em um agente ativo na promoção de direitos fundamentais e na remoção de barreiras ao acesso à justiça.

Considerando as normas vigentes sobre essas políticas, assinale a afirmativa correta.

- (A) As pessoas em situação de rua terão assegurado o acesso às dependências do Poder Judiciário para o exercício de seus direitos, salvo se estiverem com vestimentas e condições de higiene incompatíveis com as regras do Tribunal.
- (B) Os tribunais deverão viabilizar atendimento prioritário e desburocratizado às pessoas em situação de rua, não se conferindo atendimento especial a qualquer pessoa, ainda que caracterizada como LGBTQUIA+ ou migrantes.
- (C) Entende-se como mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, as mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, salvo as mulheres trans e travestis.
- (D) A Resolução 497/2023 do CNJ instituiu, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, à exceção do Supremo Tribunal Federal, o Programa “Transformação”, para fomentar a adoção de políticas afirmativas que reduzam as desigualdades no mercado de trabalho de mulheres de grupos vulneráveis.
- (E) O Programa “Transformação” consiste na reserva, pelos Tribunais e Conselhos, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas nos contratos que envolvam prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

29

Os direitos humanos foram consolidados no Brasil mediante a Constituição Federal de 1988, que adotou a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III) como fundamento da República e garantiu a igualdade (Art. 5º) sem distinções. Esses princípios norteiam o Estado Democrático de Direito, assegurando proteção contra arbítrios, além de direitos fundamentais, sociais e mecanismos de inclusão.

Considerando as disposições constitucionais relativas aos direitos e garantias individuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A liberdade de consciência e de crença é inviolável, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, não sendo garantida a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- (B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo adentrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou noite, por determinação judicial.
- (C) O sigilo da correspondência é inviolável, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- (D) Todos podem reunir-se pacificamente, ainda que armados, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz ou de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

30

No ordenamento jurídico brasileiro, a proteção dos direitos fundamentais decorre tanto das normas constitucionais quanto dos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil. Além disso, os direitos e as garantias fundamentais possuem aplicação imediata, nos termos da Constituição Federal, independentemente de regulamentação para produzirem efeitos. Considerando as disposições da Constituição Federal e dos tratados internacionais de direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os tratados de direitos humanos ratificados após a Emenda Constitucional nº 45/2004 com quórum qualificado (dois quintos, dois turnos, duas casas) equivalem a emendas constitucionais.
- (B) O Supremo Tribunal Federal não admite a utilização do Pacto de São José da Costa Rica para servir de fundamentos a determinadas decisões, como no caso da prisão civil do depositário infiel.
- (C) Os tratados de direitos humanos ratificados pelo rito comum, por maioria absoluta, possuem hierarquia superior à das leis ordinárias e inferior à da Constituição Federal.
- (D) Os juízes brasileiros devem verificar se as leis internas estão em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos, priorizando a norma mais favorável.
- (E) Ainda que haja inércia de autoridades estaduais, não é permitido à Justiça Federal assumir a competência para processar e julgar casos de graves violações de direitos humanos.

Conhecimentos Específicos

Administração Geral

31

A Gestão da Qualidade, ao analisar percepções equivocadas ou parciais sobre o tema observadas no cotidiano organizacional, costuma reconvertê-las em ações estratégicas, transformando cada limitação em ponto de partida para uma intervenção orientada à produção da qualidade.

Relacione as posições consagradas sobre qualidade às respectivas ações estratégicas que a Gestão da Qualidade pode desenvolver a partir delas.

Posição sobre qualidade	Ação estratégica
1. A qualidade é um aspecto subjetivo.	() Priorizar processos produtivos mais confiáveis.
2. A qualidade identifica-se com capacidade de fabricação.	() Ampliar o número de clientes, cujas preferências passariam a ser atendidas por essas novas alternativas de produtos ou de itens que os compõem.
3. A qualidade envolve a diversidade de opções que um produto ou serviço pode oferecer a seus clientes.	() Investir em melhorias do processo produtivo que evitem o aparecimento de quaisquer defeitos e falhas.
4. A qualidade é considerada como a falta de defeitos no produto ou no serviço prestado.	() Desenvolver processos em que o cliente interfira na produção de bens ou serviços da empresa, tornando-os mais adequados às suas necessidades, preferências ou conveniências.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 4 – 2.
- (B) 2 – 3 – 4 – 1.
- (C) 2 – 4 – 3 – 1.
- (D) 4 – 1 – 2 – 3.
- (E) 3 – 2 – 1 – 4.

32

Na empresa ABC, a equipe responsável pela implantação de um novo sistema de gestão documental encontra-se em momento crítico do projeto: o plano-base já foi estruturado e aprovado, e a equipe executa as atividades de trabalho voltadas à produção das entregas. Nessa etapa, o gerente de projeto monitora continuamente o progresso para assegurar que o trabalho permaneça dentro da programação e do orçamento, que o escopo seja integralmente atendido conforme as especificações e que eventuais mudanças sejam documentadas, aprovadas e incorporadas a um plano-base atualizado.

Considerando o ciclo de vida genérico do projeto, a fase descrita corresponde à de

- (A) iniciação.
- (B) planejamento.
- (C) realização.
- (D) encerramento.
- (E) avaliação.

33

A modelagem de processos pode ser realizada por meio de diferentes formatos, cada qual mais adequado a uma finalidade específica. A escolha do formato depende da situação organizacional, do público-alvo e do grau de formalidade exigido. Considere as situações a seguir, vivenciadas por gestores em uma organização.

- I. "Tenho 15 minutos para explicar o processo a quem nunca o viu."
- II. "Preciso mapear gargalos com o time de operação."
- III. "Preciso compreender oportunidades de melhorias, realizar automação, implantar IA ou conduzir projeto de transformação digital ou organizacional."

Os formatos de modelagem mais adequados a cada uma dessas situações são, respectivamente,

- (A) BPMN simplificado, fluxograma tradicional e desenho lúdico.
- (B) fluxograma tradicional, desenho lúdico e BPMN simplificado.
- (C) desenho lúdico, BPMN simplificado e fluxograma tradicional.
- (D) desenho lúdico, fluxograma tradicional e BPMN simplificado.
- (E) BPMN simplificado, desenho lúdico e fluxograma tradicional.

34

A Teoria Geral da Administração (TGA) estuda a Administração das organizações e empresas a partir da interação e da interdependência entre seis variáveis principais, cujo comportamento é sistêmico e complexo: cada uma influencia e é influenciada pelas demais, de modo que modificações em uma delas provocam alterações em todas as outras.

As seis variáveis principais que, segundo o estado atual da TGA, constituem os componentes essenciais do estudo da Administração das organizações e empresas, são:

- (A) tarefas, estrutura, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade.
- (B) tarefas, estrutura, pessoas, tecnologia, ambiente e cultura organizacional.
- (C) tarefas, processos, pessoas, tecnologia, ambiente e competitividade.
- (D) tarefas, estrutura, liderança, tecnologia, ambiente e competitividade.
- (E) tarefas, estrutura, pessoas, inovação, ambiente e competitividade.

35

Henry Mintzberg, em estudo clássico sobre as atividades gerenciais, sistematizou as funções do administrador em dez papéis específicos, agrupados em três categorias: interpessoal, informacional e decisório.

Relacione os papéis específicos do administrador às respectivas categorias propostas por Mintzberg.

Categoria	Papel específico
1. Interpessoal	() Disseminação
2. Informacional	() Liderança
3. Decisório	() Alocação de recursos
	() Representação

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 1.
- (B) 2 – 1 – 3 – 1.
- (C) 2 – 3 – 1 – 2.
- (D) 3 – 1 – 2 – 3.
- (E) 1 – 3 – 2 – 1.

36

A Administração tradicionalmente persegue dois objetivos centrais que se complementam: a eficiência e a eficácia.

Na empresa ABC, a equipe de produção utiliza integralmente os recursos disponíveis, segue rigorosamente os procedimentos operacionais padronizados e minimiza desperdícios, embora os objetivos estratégicos definidos para o trimestre não tenham sido atingidos.

A situação descrita evidencia que a empresa ABC operou com

- (A) eficácia e eficiência simultaneamente.
- (B) ausência de eficiência e de eficácia.
- (C) excelência operacional plena.
- (D) eficiência, sem eficácia.
- (E) eficácia, sem eficiência.

37

Na empresa ABC, antes de iniciar a expansão para um novo mercado, a Diretoria define antecipadamente os objetivos a serem alcançados, os recursos necessários, o cronograma de atividades e os indicadores de acompanhamento, situando a organização entre a posição em que se encontra atualmente e o estado almejado em horizonte de três anos.

A função administrativa descrita corresponde

- (A) à direção.
- (B) ao controle.
- (C) à coordenação.
- (D) à organização.
- (E) ao planejamento.

38

Na empresa ABC, foram implementadas três rotinas de controle em diferentes momentos do processo produtivo.

Relacione cada rotina ao tipo de controle correspondente.

Tipo de controle	Rotina implementada
1. Preliminar	() Auditoria final dos lotes produzidos para verificar se os resultados atingiram os padrões de qualidade estabelecidos.
2. Concorrente	() Inspeção das matérias-primas no recebimento, antes de sua liberação para a linha de produção.
3. Posterior	() Monitoramento, em tempo real, das operações da linha de montagem, para identificar e corrigir desvios durante o trabalho.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 3 – 1 – 2.
- (B) 1 – 2 – 3.
- (C) 3 – 2 – 1.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 1 – 3 – 2.

39

A empresa ABC opera sem instalações físicas centralizadas e estrutura hierárquica convencional. Suas atividades são desenvolvidas por meio de módulos e grupos interconectados eletronicamente, articulados por alianças e redes de cooperação que transcendem fronteiras geográficas, tendo a Tecnologia da Informação como principal facilitadora dessa configuração.

A estrutura organizacional descrita corresponde à organização

- (A) virtual.
- (B) divisional.
- (C) matricial.
- (D) funcional.
- (E) linha-staff.

40

A empresa ABC atua na construção naval, dedicando-se à concepção e à execução de navios de grande porte. Cada empreendimento possui orçamento, cronograma e equipe próprios; exige a convergência de competências diversas - engenharia naval, metalurgia, sistemas elétricos e eletrônicos; demanda elevado aporte de recursos; e estende-se por tempo prolongado, sendo tratado pela Diretoria como um produto único, exclusivo e individualizado.

O critério de departamentalização adotado pela empresa ABC corresponde à departamentalização por

- (A) função.
- (B) projetos.
- (C) processos.
- (D) clientes.
- (E) área geográfica.

41

A Diretoria da empresa ABC adota uma ferramenta visual que dispõe, em colunas verticais, a variável tempo subdividida em frações regulares (originalmente, cada mês representado por quatro subcolunas correspondentes às semanas) e, em linhas horizontais, as atividades a serem executadas, permitindo o acompanhamento do cronograma sem necessidade de consulta ao calendário convencional. A ferramenta foi originalmente concebida por um engenheiro colaborador de Taylor, voltada ao planejamento e ao controle da produção semanal.

A ferramenta de planejamento e controle descrita corresponde ao

- (A) cronograma.
- (B) fluxograma.
- (C) diagrama de blocos.
- (D) gráfico de Gantt.
- (E) análise de Pareto.

42

Embora se apresente como momento final do ciclo administrativo, o controle desempenha funções que extrapolam a mera verificação de resultados, sendo dotado de objetivos múltiplos que orientam sua aplicação na rotina das organizações.

A respeito dos objetivos principais do controle como função administrativa, analise os itens a seguir.

- I. A regulação das atividades, voltada a mantê-las dentro dos padrões estabelecidos, assegurando que os resultados se mantenham na amplitude de variação compreendida entre os limites máximo e mínimo previamente definidos.
- II. A substituição integral das funções de planejamento, organização e direção sempre que se identificarem desvios entre os resultados obtidos e os padrões estabelecidos.
- III. A prevenção de novas falhas ou erros, na medida em que, ao corrigir os problemas detectados, o controle aponta os meios de evitar sua recorrência futura, contribuindo para o aprimoramento gradativo do processo administrativo.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional

43

A diretoria da empresa ABC tem se preocupado com o desempenho de uma equipe específica. Após análise diagnóstica, a área de Gestão de Pessoas elaborou relatório no qual conclui que o desempenho no trabalho não depende exclusivamente do esforço individual ou do interesse do colaborador em realizar suas atribuições, mas resulta da combinação de três fatores: o desejo do funcionário de fazer bem o trabalho, sua capacidade efetiva de executá-lo e a disponibilidade dos materiais, recursos, equipamentos e informações necessários à execução das tarefas. O relatório destaca, ainda, que a deficiência em qualquer um desses três fatores prejudicará o desempenho.

Considerando o modelo apresentado, os três fatores que, conjuntamente, determinam o desempenho no trabalho são

- (A) liderança, comunicação e cultura.
- (B) competência, comprometimento e clima.
- (C) treinamento, supervisão e recompensa.
- (D) motivação, habilidade e ambiente.
- (E) engajamento, autonomia e feedback.

44

A diretoria da empresa ABC tem ampliado o uso de equipes interfuncionais para tratar de questões organizacionais complexas. Para qualificar a atuação dessas equipes, a área de Gestão de Pessoas apresentou modelo analítico segundo o qual a dinâmica intergrupal é determinada pela conjugação de três grandes fatores: as características de cada grupo envolvido na interação, o contexto organizacional em que os grupos se inserem e as bases de interação por tarefa e por situação.

Sobre cada um desses três fatores, a área esclareceu, em sua apresentação, que:

- I. as características do grupo abrangem personalidade e atributos individuais dos membros, tendências e disposições da ação grupal e composição, coesão, tamanho, normas e funções do grupo;
- II. o contexto organizacional abrange regras e procedimentos, história, tradições e cultura, sistemas de metas e recompensas e processos de tomada de decisão da organização; e
- III. as bases de interação por tarefa e por situação abrangem local, recursos, interdependência de tempo e objetivos, incerteza da tarefa e interdependência da tarefa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

45

A empresa ABC encomendou uma análise de sua cultura organizacional, comparando-a aos modelos identificados por William G. Ouchi. O diagnóstico revelou os seguintes traços: emprego de longo prazo; avaliação lenta e qualitativa; trajetória de carreira moderadamente abrangente; controle implícito e informal; tomada de decisão em grupo e consensual; responsabilidade individual; e preocupação holística com as pessoas.

Considerando os sete pontos de comparação desenvolvidos por Ouchi, o diagnóstico apresentado caracteriza a empresa ABC como empresa

- (A) norte-americana típica.
- (B) norte-americana Tipo Z.
- (C) japonesa típica.
- (D) norte-americana Tipo J.
- (E) híbrida transacional.

46

Na empresa ABC, a área tradicionalmente denominada "Recursos Humanos" passa por ampla reformulação, refletindo o novo contexto organizacional marcado por mudanças vertiginosas, dinâmicas exponenciais e pela confluência de fatores econômicos, tecnológicos, sociais, culturais, legais, políticos, demográficos e ecológicos. A Diretoria avalia a substituição da nomenclatura por termos que melhor expressem os novos espaços, configurações e propósitos assumidos pela área.

Considerando as transformações contemporâneas que afetam a Gestão de Pessoas, assinale a opção que apresenta uma terminologia compatível com essa reformulação.

- (A) Gestão do Capital Intelectual.
- (B) Gestão de Suprimentos.
- (C) Gestão Patrimonial.
- (D) Gestão de *Compliance*.
- (E) Gestão Tributária.

47

A empresa ABC tem investido em marketing de recrutamento para aumentar a atratividade e a visibilidade de sua marca como empregadora. A área de Gestão de Pessoas organizou os fatores de atratividade da organização em três grupos: intrínsecos, extrínsecos e eventuais.

Relacione cada fator de atratividade a seguir ao respectivo grupo.

Grupo	Fator de atratividade
1. Intrínseco	() <i>Employer branding</i> , isto é, a marca, a imagem e a reputação da empresa.
2. Extrínseco	() Programa de jovem aprendiz.
3. Eventual	() Oferta de composição de remuneração total (<i>Total Compensation</i>).
	() Política de desenvolvimento profissional e de carreira na organização ou mesmo fora dela.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 1.
- (B) 2 – 3 – 1 – 1.
- (C) 3 – 2 – 1 – 2.
- (D) 2 – 1 – 3 – 3.
- (E) 1 – 3 – 2 – 2.

48

A área de Gestão de Pessoas da empresa ABC implementou um conjunto de indicadores de desempenho para apoiar decisões estratégicas, identificar áreas de melhoria e alinhar as iniciativas de pessoas aos objetivos organizacionais. Entre os indicadores adotados, destaca-se aquele que mensura a frequência com que colaboradores deixam a organização em determinado período, sendo fundamental para avaliar a estabilidade do quadro funcional e a efetividade das políticas de retenção.

O indicador descrito corresponde à taxa de

- (A) absentéismo.
- (B) promoção interna.
- (C) retenção de talentos-chave.
- (D) adesão a programas de diversidade e inclusão.
- (E) rotatividade de colaboradores.

49

A área de Gestão de Pessoas da empresa ABC tem revisado sua estratégia de treinamento à luz das tendências contemporâneas. Após diagnóstico interno, optou por implementar uma abordagem em que o conteúdo é entregue em pequenas doses, facilitando a assimilação rápida e eficaz das informações, permitindo que os colaboradores aprendam de forma flexível e acessem o conteúdo em momentos compatíveis com sua rotina, o que favorece a retenção do conhecimento.

A tendência contemporânea de treinamento descrita corresponde ao

- (A) *microlearning*.
- (B) aprendizado experiencial.
- (C) *mentoring digital*.
- (D) treinamento baseado em dados.
- (E) *role-playing*.

50

Na empresa ABC, a área de Gestão de Pessoas consolidou os resultados do ciclo anual de avaliação de desempenho. Após a etapa de consolidação, o gestor de uma equipe é convocado pelo especialista da área para receber subsídios estruturados sobre cada um de seus liderados, de modo a conduzir, ao longo do próximo ciclo, sessões individuais de orientação profissional, com utilização de técnicas de *coaching* e *mentoring* adaptadas a cada perfil identificado.

Considerando as razões pelas quais as organizações avaliam o desempenho de seus talentos, a finalidade da avaliação a que essa entrega de subsídios está diretamente associada é denominada

- (A) recompensa.
- (B) retroação.
- (C) aconselhamento.
- (D) percepção.
- (E) potencial de desenvolvimento.

Administração de Materiais e Logística

51

Na empresa Z, o gestor de materiais elaborou relatório gerencial relativo ao período de janeiro a dezembro do exercício anterior. Para um item de consumo regular, o consumo total no período foi de 12.000 unidades, e o estoque médio mantido durante o mesmo intervalo foi de 2.000 unidades. O gestor obteve, então, o quociente entre o consumo e o estoque médio, com vistas a mensurar quantas vezes o estoque do item se renovou no exercício.

O indicador apurado pelo gestor é denominado

- (A) rotatividade do estoque.
- (B) custo total do estoque.
- (C) custo do estoque de segurança.
- (D) previsão de consumo.
- (E) relação de itens críticos.

52

A empresa ABC apurou, em seu setor de suprimentos, os seguintes dados relativos a determinada peça: consumo anual de 20.000 unidades; custo de armazenagem de R\$ 1,90 por peça por ano; custo de pedido de R\$ 500,00; e preço unitário de compra de R\$ 2,00.

O gestor pretende determinar o lote econômico de compra com base no modelo clássico, que pressupõe consumo determinístico a taxa constante e reposição instantânea no instante em que o estoque atinge o nível zero.

Aplicado o modelo aos dados informados, o lote econômico de compra, em peças por pedido, é, aproximadamente, igual a

- (A) 1.622.
- (B) 2.294.
- (C) 2.500.
- (D) 3.244.
- (E) 4.589.

53

Na empresa ABC, o gestor de materiais elabora estudo para fixação de parâmetros de ressurgimento de determinado item de consumo regular. No diagnóstico inicial, registrou as seguintes etapas e prazos verificados em ciclos anteriores: o intervalo entre a emissão da ordem de compra e seu efetivo recebimento pelo fornecedor; o intervalo despendido pelo fornecedor para fabricar, separar, faturar e disponibilizar os produtos para transporte; e o intervalo entre a saída do fornecedor e o recebimento dos materiais no almoxarifado da empresa.

A partir desses elementos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O tempo de reposição (TR) corresponde ao intervalo decorrido desde a constatação da necessidade de ressurgimento até a chegada efetiva do material no almoxarifado, sendo composto pelos tempos de emissão do pedido, de preparação do pedido e de transporte.
- II. O ponto de pedido (PP) é o nível de estoque que, ao ser atingido, dispara a emissão de nova ordem de compra, de modo que o material chegue ao almoxarifado antes que o estoque alcance o nível zero, considerados o consumo e o tempo de reposição.
- III. O tempo gasto pelo fornecedor para fabricar, separar, emitir faturamento e disponibilizar os produtos para transporte integra a etapa de preparação do pedido, e não a de transporte.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

54

A gestão de materiais compreende diversos setores, cada um com responsabilidades específicas que, articuladas, asseguram o adequado fluxo de insumos, a guarda física, a reposição e a distribuição dos bens necessários à atividade-fim. A correta compreensão das atribuições de cada setor é essencial para o desempenho eficiente da cadeia de suprimentos.

Considere a situação hipotética a seguir.

Em determinada organização, foram identificadas três ocorrências em um mesmo dia de operação:

- I. acompanhamento do nível de mercadorias disponíveis e do investimento financeiro a elas vinculado;
- II. negociação com fornecedor estrangeiro, com observância da legislação aduaneira pertinente, para aquisição de insumos produtivos;
- III. guarda física dos materiais entregues pelos fornecedores e destinados a atender à produção.

Conforme a estrutura clássica de organização do departamento de materiais, as ocorrências I, II e III estão afetas, respectivamente, aos setores de

- (A) compras, importação e almoxarifado.
- (B) controle de estoques, importação e almoxarifado.
- (C) controle de estoques, compras e PCP.
- (D) PCP, importação e transportes e distribuição.
- (E) almoxarifado, compras e controle de estoques.

55

O Departamento de Produção da empresa X apresentava consumo anual de 9.000 materiais diferentes. Após a aplicação da técnica da curva ABC, obteve-se a seguinte distribuição:

- 720 itens correspondiam a 70% do valor anual do consumo;
- 1.800 itens correspondiam a 20% do valor anual do consumo;
- 6.480 itens correspondiam a 10% do valor anual do consumo.

Com base nas premissas da curva ABC, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os 6.480 itens compõem a classe A, pois, em razão de sua quantidade expressiva, demandam controles administrativos mais rigorosos.
- (B) Os 1.800 itens compõem a classe C, por ocuparem posição intermediária na ordenação dos materiais por valor de consumo.
- (C) Os 720 itens compõem a classe A e devem receber atenção especial da administração, por concentrarem a maior parcela do valor anual do consumo.
- (D) Para controlar 90% do valor de consumo, é necessário estabelecer controles rigorosos sobre a totalidade dos 9.000 itens da curva.
- (E) A classe C, por reunir o maior número de itens, justifica a aplicação das técnicas mais sofisticadas de gestão administrativa.

56

O gestor de materiais da empresa Y identificou as seguintes situações que poderiam comprometer o funcionamento ininterrupto do processo produtivo: oscilações no consumo dos itens; atraso no tempo de reposição por parte do fornecedor; rejeição de lote pelo Controle de Qualidade; remessa de quantidade divergente da solicitada; e diferenças apuradas em inventário.

Para mitigar os riscos decorrentes dessas ocorrências e assegurar a garantia do funcionamento ininterrupto e eficiente do processo produtivo, sem o risco de faltas, a organização deve dimensionar adequadamente o

- (A) estoque máximo, que corresponde ao limite superior de quantidade armazenável, definido em função da capacidade física do almoxarifado.
- (B) estoque médio, que representa a média aritmética entre as quantidades adquiridas em sucessivos ciclos de reposição.
- (C) estoque de segurança, que corresponde à quantidade mínima destinada a cobrir eventuais atrasos no ressurgimento e oscilações no consumo.
- (D) lote econômico de compra, que minimiza o custo total da função suprimento ao equilibrar custos de pedido e de manutenção.
- (E) ponto de pedido, que indica o instante em que deve ser emitida nova ordem de reposição ao fornecedor.

Administração Pública

57

Na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, a terceirização é disciplinada pelo Decreto nº 9.507/2018, que enumera, em seu art. 3º, hipóteses em que se veda a execução indireta de serviços, em razão da natureza nuclear ou indelegável das atividades envolvidas.

Dentre as hipóteses em que o Decreto nº 9.507/2018 veda a execução indireta de serviços na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, encontra-se a contratação de serviços de

- (A) conservação, limpeza e copeiragem.
- (B) recepção e telecomunicações.
- (C) manutenção predial e de equipamentos.
- (D) regulação e outorga de serviços públicos.
- (E) transporte de cargas e de passageiros.

58

A Lei nº 13.019/2014, denominada Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, instituindo três instrumentos jurídicos distintos para a formalização dessas parcerias.

Relacione os instrumentos jurídicos previstos no MROSC às respectivas características.

Instrumento	Característica
1. Termo de colaboração	() Adotado em parcerias que envolvem transferência de recursos financeiros e cujo plano de trabalho é proposto pela Administração Pública
2. Termo de fomento	() Adotado em parcerias que não envolvem transferência de recursos financeiros entre os parceiros
3. Acordo de cooperação	() Adotado em parcerias que envolvem transferência de recursos financeiros e cujo plano de trabalho é proposto pela organização da sociedade civil

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 2 – 3 – 1.
- (C) 1 – 3 – 2.
- (D) 3 – 1 – 2.
- (E) 2 – 1 – 3.

59

O neoweberianismo é um paradigma de reforma da Administração Pública que surge no início dos anos 2000, no contexto continental europeu, como alternativa ao gerencialismo. Ao longo das primeiras décadas do século XXI, evoluiu de tipo ideal a modelo normativo, consolidando-se como referência paradigmática voltada a mitigar problemas decorrentes do neoliberalismo e das reformas gerenciais, notadamente o esvaziamento do Estado e sua incapacidade para enfrentar problemas sociais complexos e crises econômicas.

Sobre a caracterização do Estado Neoweberiano como modelo de reforma administrativa, é correto afirmar que

- (A) constitui aprofundamento da *New Public Management* (NPM), promovendo o esvaziamento do Estado, a redução de seus papéis centrais e a generalização da lógica de mercado como mecanismo predominante de coordenação.
- (B) consiste em atualização do modelo burocrático weberiano clássico, mediante incorporação de tecnologias digitais aos procedimentos internos, mantendo a orientação processual centrada no cumprimento de normas.
- (C) corresponde a paradigma puramente gerencial, fundado na substituição da burocracia estatal por arranjos contratuais flexíveis e por mecanismos de mercado, em ruptura com a tradição weberiana.
- (D) adota a lógica reticular da Nova Governança Pública (NPG) como mecanismo predominante de coordenação institucional, deslocando a hierarquia estatal para função subsidiária na articulação entre atores públicos e privados.
- (E) caracteriza-se como modelo híbrido, que articula legados burocráticos clássicos com aprendizados da NPM e da NPG, traduzindo-se em um arranjo institucional que preserva a coordenação estatal e simultaneamente incorpora lógicas de resultados e de participação cidadã.

60

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, embora dispusesse de sistema eletrônico plenamente operacional, manteve, sem justificativa técnica, a tramitação exclusivamente em papel de processos administrativos de baixa complexidade, o que resultou em atrasos reiterados, retrabalho, custos elevados e demora injustificada no atendimento aos cidadãos, sem qualquer ganho compensatório em termos de qualidade ou segurança jurídica.

A conduta descrita afronta diretamente o princípio da Administração Pública, expresso no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, denominado

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) eficiência.

61

O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao constatar elevados índices de congestionamento processual e morosidade no acesso à justiça, nas comarcas do interior, instaurou grupo de trabalho para diagnosticar as causas do fenômeno, mensurar sua abrangência e provocar a inclusão do tema entre as prioridades institucionais a serem enfrentadas pela Presidência do Tribunal.

Conforme o ciclo de políticas públicas, as atividades descritas correspondem, respectivamente, às fases de

- (A) identificação do problema e formação da agenda.
- (B) formulação de alternativas e tomada de decisão.
- (C) tomada de decisão e implementação da política.
- (D) implementação da política e avaliação dos resultados.
- (E) avaliação dos resultados e extinção da política.

62

A literatura especializada destaca a diversidade que envolve o conceito de política pública, abrangendo distintas áreas de atuação, diferentes níveis de governança e múltiplos atores protagonistas, sendo o problema público o ponto de partida da análise.

Relacione os problemas públicos às políticas públicas formuladas para enfrentá-los.

Problema público	Política pública
1. Aquecimento global	() Diversificação das opções de tratamento cadavérico.
2. Exaustão da malha rodoviária nacional	() Redução das emissões de gases de efeito estufa.
3. Crescimento do consumo e dependência de crack na população do estado	() Reativação da malha ferroviária e dos serviços de transporte ferroviário.
4. Superlotação do cemitério municipal	() Conscientização dos efeitos nocivos da dependência química para a população.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 4 – 3 – 2.
- (B) 4 – 1 – 2 – 3.
- (C) 4 – 2 – 1 – 3.
- (D) 2 – 1 – 4 – 3.
- (E) 3 – 1 – 2 – 4.

63

No Brasil, o planejamento governamental estrutura-se em instrumentos articulados que operam em diferentes horizontes temporais e níveis de detalhamento, traduzindo as estratégias de médio prazo em metas anuais e em programas finalísticos voltados à entrega de resultados à sociedade.

O instrumento de planejamento de médio prazo, com vigência de quatro anos, no qual são definidos os eixos, os objetivos estratégicos e os programas finalísticos da Administração Pública para o período, servindo de referência para a elaboração dos orçamentos anuais subsequentes, denomina-se

- (A) Orçamento Anual.
- (B) Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Plano Plurianual.
- (D) Plano de Contingência Orçamentária.
- (E) Plano de Aplicação Financeira.

64

Em determinado órgão público, no âmbito da política de governança pública instituída pelo Decreto nº 9.203/2017, foram implementados processos estruturados destinados a mitigar riscos, com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e a garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

A iniciativa descrita corresponde ao mecanismo de governança pública denominado

- (A) liderança.
- (B) estratégia.
- (C) gestão de riscos.
- (D) controle.
- (E) integridade.

65

No campo da gestão pública, os conceitos de governabilidade e *accountability* constituem categorias distintas, embora complementares.

A respeito dos conceitos de governabilidade e *accountability*, é correto afirmar que

- (A) governabilidade refere-se à capacidade política do Estado de governar e decidir, originada de sua legitimidade democrática perante a sociedade, ao passo que *accountability* designa o dever de os agentes de governança prestarem contas de sua atuação e assumirem as consequências de seus atos e omissões.
- (B) governabilidade e *accountability* são expressões sinônimas, ambas designando os mecanismos institucionais de prestação de contas dos governantes perante o Poder Legislativo e os órgãos de controle externo.
- (C) governabilidade corresponde ao dever do agente público de prestar contas de modo claro, conciso e tempestivo, ao passo que *accountability* designa a capacidade administrativa do Estado de implementar suas políticas.
- (D) governabilidade traduz a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno sobre a Administração Pública, enquanto *accountability* designa o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle aplicados à gestão.
- (E) governabilidade e *accountability* constituem dimensões da gestão de riscos, voltadas à identificação e ao monitoramento de eventos potenciais que possam afetar o alcance dos objetivos institucionais.

66

As parcerias público-privadas (PPPs) constituem estratégia governamental destinada a viabilizar empreendimentos e serviços públicos por meio da articulação entre a Administração Pública e o setor privado, apresentando potencial para superar limitações estruturais do setor estatal.

A respeito das vantagens das PPPs para a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Viabilizam empreendimentos que, sob a ótica estritamente financeira, não seriam sustentáveis apenas com a cobrança de tarifa dos usuários, ao admitir contraprestação do parceiro público ao parceiro privado.
- II. Geram complementaridade às capacidades e aos recursos do governo, mediante a aprendizagem de novas habilidades, o acesso a ferramentas de gestão da informação e o desenvolvimento de capacidade gerencial.
- III. Devem ser concebidas pelos gestores como mecanismo de viabilização de aportes financeiros privados, dispensando a busca de eficiência no uso de recursos públicos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

Administração Financeira e Orçamentária

67

O Tribunal de Contas de determinado Estado, em resposta à consulta, emitiu parecer recomendando a exclusão do imposto de renda retido na fonte (IRRF) incidente sobre a folha de pagamento dos servidores públicos, do cálculo da receita corrente líquida e do limite de despesa com pessoal.

À luz da Constituição Federal, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da jurisprudência, é correto afirmar que o IRRF

- (A) não compõe a receita corrente líquida, nem integra o limite de despesa com pessoal.
- (B) compõe a receita corrente líquida, mas não integra o limite de despesa com pessoal.
- (C) não compõe a receita corrente líquida, mas integra o limite de despesa com pessoal.
- (D) compõe a receita corrente líquida e integra o limite de despesa com pessoal.
- (E) pode ser excluído desses cálculos por ato normativo estadual, desde que haja previsão em lei local.

68

Um Estado possui na Lei Orçamentária Anual dotação de R\$ 10 milhões para a construção de escolas. Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo firma contrato administrativo para construção de novas unidades no valor total de R\$ 18 milhões, sem abertura de crédito adicional e sem autorização legislativa.

Considerando o regime constitucional das finanças públicas, a consequência jurídica dessa prática é a

- (A) possibilidade de execução da despesa, desde que haja disponibilidade financeira suficiente no exercício.
- (B) vedação à realização da despesa, por ausência de prévio crédito orçamentário ou adicional.
- (C) regularidade da execução, caso a despesa esteja alinhada às diretrizes da LDO.
- (D) necessidade de ajuste contábil apenas posterior, sem impacto na validade da despesa.
- (E) possibilidade de execução da despesa, desde que posteriormente incluída em crédito adicional.

69

Projeto de lei ordinária de iniciativa popular, aprovado pela Assembleia Legislativa de determinado Estado, fixou a obrigatoriedade de destinação mínima anual de percentual do orçamento estadual para determinada política pública, vinculando receitas e impondo gasto contínuo ao Poder Executivo.

Considerando o regime constitucional orçamentário, a consequência jurídica dessa medida é a

- (A) inconstitucionalidade da norma, pois a destinação do orçamento é matéria reservada à lei complementar.
- (B) possibilidade de aplicação da norma, desde que compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) inconstitucionalidade da norma, por violação à iniciativa privativa do Poder Executivo em matéria orçamentária.
- (D) regularidade da vinculação, desde que respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) admissibilidade da medida, por se tratar de definição legítima de política pública pelo Legislativo.

70

Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual de determinado Estado, um parlamentar verificou que diversas receitas arrecadadas por fundos especiais e despesas executadas por entidades da administração indireta não estavam incluídas na proposta orçamentária consolidada. A justificativa apresentada foi a de que tais valores possuíam destinação específica e, por isso, poderiam ser executados à margem da lei orçamentária.

Diante desse cenário, à luz dos princípios orçamentários, é correto afirmar que a solução viola o princípio

- (A) da exclusividade.
- (B) da anualidade.
- (C) da universalidade.
- (D) do orçamento bruto.
- (E) da unidade.

71

Durante a análise de uma proposta orçamentária, um analista identificou que as despesas estavam organizadas em programas governamentais, com indicação de objetivos, metas e resultados a serem alcançados, além da vinculação entre planejamento e execução orçamentária.

À luz da evolução dos modelos orçamentários, essa característica de proposta orçamentária corresponde ao

- (A) orçamento-programa.
- (B) orçamento de desempenho.
- (C) orçamento tradicional.
- (D) orçamento base zero.
- (E) orçamento participativo.

72

No primeiro ano de mandato, o Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei que estabelece, de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal, voltados às despesas de capital e aos programas de duração continuada, com vigência para os anos subsequentes.

À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que esse projeto de lei

- (A) possui vigência de quatro anos, iniciando-se no segundo ano do mandato e encerrando-se no primeiro ano do mandato seguinte.
- (B) tem vigência coincidente com o mandato presidencial, iniciando-se no primeiro ano e encerrando-se no último ano de governo.
- (C) abrange exclusivamente despesas correntes, vedada a inclusão de despesas de capital.
- (D) dispensa a regionalização das metas, por se tratar de planejamento estratégico nacional.
- (E) caso rejeitado pelo Poder Legislativo, pode ser reeditado por medida provisória, em razão de sua natureza programática e provisória.

73

Durante a execução orçamentária, determinado ente federativo verificou a necessidade de realizar despesa não prevista na Lei Orçamentária Anual. Para tanto, o Poder Executivo pretendeu abrir crédito adicional por meio de ato infralegal, sem submissão ao Poder Legislativo.

À luz da Constituição Federal, da Lei nº 4.320/1964 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a abertura de crédito adicional independe de autorização legislativa, por se tratar de ato de execução orçamentária.
- (B) a abertura de crédito adicional pode ser realizada por decreto, desde que haja indicação de fonte de recursos.
- (C) a autorização legislativa somente é dispensável quando se tratar de crédito suplementar.
- (D) a abertura de crédito adicional depende de autorização legislativa, mediante lei em sentido formal.
- (E) a abertura de crédito adicional exige previsão geral na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas não autorização específica em lei formal.

74

Em determinado Estado, a Lei de Diretrizes Orçamentárias previu a concessão de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos. No entanto, a Lei Orçamentária Anual correspondente não incluiu dotação específica para esse fim. Diante da ausência de revisão remuneratória no curso do ano, servidores pleitearam judicialmente a implementação da revisão.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a revisão remuneratória

- (A) é devida, pois a previsão na LDO é suficiente para autorizar o reajuste remuneratório.
- (B) é devida, pois decorre diretamente do princípio da irredutibilidade remuneratória.
- (C) é possível, desde que haja disponibilidade financeira, ainda que sem previsão orçamentária específica.
- (D) é automática, pois constitui direito subjetivo assegurado constitucionalmente aos servidores públicos.
- (E) não é devida, pois depende cumulativamente de previsão na LDO e de dotação na LOA.

75

Na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), determinado ente federativo deixou de incluir avaliação de passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas, sob o argumento de que tais eventos seriam imprevisíveis e, portanto, dispensariam previsão formal.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que

- (A) os riscos fiscais somente devem ser tratados na Lei Orçamentária Anual.
- (B) a LDO deve conter Anexo de Riscos Fiscais com avaliação e medidas a serem adotadas.
- (C) a omissão é justificável, desde que haja previsão genérica de reserva de contingência na Lei Orçamentária Anual.
- (D) a avaliação de riscos fiscais é facultativa, podendo ser substituída por metas fiscais anuais.
- (E) a avaliação de riscos fiscais deve constar exclusivamente do Plano Plurianual.

76

Durante a execução orçamentária federal, verificou-se a utilização de emendas do relator para alocação de recursos públicos sem identificação clara dos parlamentares beneficiários nem transparência quanto à destinação final das verbas.

À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que tal prática, denominada de “orçamento secreto”, é

- (A) válida, pois decorre da discricionariedade parlamentar na alocação de recursos orçamentários.
- (B) legítima, desde que haja previsão genérica na lei orçamentária anual.
- (C) inconstitucional, pois as emendas do relator violam os princípios da unidade e da anualidade.
- (D) regular, desde que os recursos sejam aplicados em políticas públicas de interesse social.
- (E) incompatível com os princípios da transparência, publicidade e planejamento orçamentário.

Transparência e Controle na Administração Pública

77

A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei Complementar nº 131/2009, que acrescentou dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecem deveres de divulgação de informações pelos órgãos e entidades públicos, distinguindo-se duas modalidades de prestação dessas informações, conforme exista ou não provocação do interessado.

Na Secretaria Estadual de Planejamento, foram registradas, em determinada semana, as seguintes ocorrências:

- I. publicação espontânea, no portal eletrônico do órgão, dos dados relativos à execução orçamentária e financeira, com atualização em tempo real, contendo informações pormenorizadas sobre receitas e despesas;
- II. fornecimento de cópia integral de contrato administrativo a cidadão que apresentou requerimento formal por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), no prazo legal de resposta; e
- III. divulgação, em sítio oficial, do rol de competências, da estrutura organizacional, dos endereços e telefones das respectivas unidades e dos horários de atendimento ao público, independentemente de qualquer solicitação.

As ocorrências I, II e III correspondem, respectivamente, às hipóteses de transparência

- (A) passiva, ativa e passiva.
- (B) ativa, passiva e ativa.
- (C) ativa, ativa e passiva.
- (D) passiva, passiva e ativa.
- (E) ativa, passiva e passiva.

78

O Portal da Transparência do governo federal brasileiro, criado em 2004, constitui hoje a mais popular e premiada solução de transparência do governo brasileiro, cuja finalidade é franquear informações on-line sobre a máquina estatal no país. Sua trajetória se insere no ciclo de reformas para a transparência na América Latina, impulsionado pelo discurso da boa governança e pela associação entre opacidade estatal e práticas corruptas.

Sobre o Portal da Transparência como instrumento de controle social, é correto afirmar que

- (A) constitui instrumento de transparência passiva, pois condiciona o acesso às informações sobre a máquina estatal à apresentação de requerimento prévio pelo cidadão interessado.
- (B) foi desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de suas competências constitucionais de fiscalização contábil, financeira e orçamentária da Administração Pública Federal.
- (C) representa instrumento de transparência ativa que franqueia, em formato on-line, informações sobre receitas, despesas, salários e contratos, fortalecendo simultaneamente o controle social e o controle governamental.
- (D) corresponde ao canal eletrônico de divulgação periódica do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, em ciclos quadrimestrais de prestação de contas dirigidos primariamente aos órgãos de controle externo.
- (E) opera como sistema eletrônico destinado ao recebimento e ao processamento de pedidos individuais de acesso à informação dirigidos aos órgãos e entidades da Administração Pública federal, com posterior encaminhamento das respostas aos requerentes.

79

As limitações dos mecanismos eleitorais e dos controles intraestatais para assegurar a responsividade dos governantes têm levado a literatura especializada a reconhecer a dimensão de *accountability* societal.

Constitui exemplo de mecanismo de fiscalização e controle típico da *accountability* societal

- (A) o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas competente.
- (B) a aplicação de sanções a agentes públicos por improbidade administrativa pelos órgãos do Ministério Público e do Poder Judiciário.
- (C) o exercício do voto pelos eleitores em pleitos periódicos para a renovação dos mandatos eletivos no Poder Executivo e no Poder Legislativo.
- (D) a atuação de observatórios sociais e de organizações da sociedade civil organizada que monitoram contratos públicos e mobilizam a opinião pública por meio da mídia.
- (E) a fiscalização das despesas públicas pelas Controladorias-Gerais no exercício do controle interno da Administração Pública.

80

Em audiência pública promovida por determinada Secretaria Estadual, o Secretário afirmou aos presentes que a divulgação ampla de dados sobre execução orçamentária, contratos e despesas correntes não constitui mera formalidade administrativa, mas pressuposto para que a comunidade exerça efetivo acompanhamento sobre os gastos públicos. Acrescentou que o desenvolvimento de condições e arranjos institucionais voltados a aproximar a Administração Pública do cidadão é expediente necessário ao combate à corrupção.

A manifestação do Secretário guarda correspondência com a noção de transparência pública, na medida em que se assenta, fundamentalmente, na

- (A) exigência de participação da comunidade no controle dos gastos públicos, mediante o desenvolvimento de condições institucionais que permitam o acompanhamento da atuação administrativa pela sociedade.
- (B) atribuição da fiscalização dos atos do administrador público à estrutura interna de controle do próprio ente federativo, no exercício de suas competências institucionais ordinárias.
- (C) consolidação de sigilo amplo sobre informações financeiras e orçamentárias, de modo a preservar a estabilidade institucional da Administração Pública.
- (D) restrição do acesso a informações administrativas aos cidadãos previamente cadastrados em sistemas de identificação biométrica.
- (E) atuação técnico-fiscalizatória dos Tribunais de Contas, cujo aparato especializado supre, em sede de controle externo, as exigências do princípio republicano, cabendo à divulgação à sociedade função meramente subsidiária.

Realização

